

NORMAS E GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

ORGANIZAÇÃO

Rossano Lopes Bastos & Marise Campos de Souza

3ª Edição

Revista, Atualizada e Ampliada

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL

Superintendência Regional do IPHAN

São Paulo SP

2010

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura

Juca Ferreira

Presidente do Iphan

Luiz Fernando de Almeida

Diretora de Articulação e Fomento

Márcia Rollemberg

Diretora de Patrimônio Imaterial

Marcia Sant'Anna

Diretora de Planejamento e Administração

Maria Emília Nascimento Santos

Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização

Dalmo Vieira Filho

Superintendente do Iphan em São Paulo

Anna Beatriz Ayroza Galvão

Coordenador Técnico Substituto

Caio Roberto Bourg de Mello

Setor de Arqueologia do Iphan em São Paulo

Marise Campos de Souza

Rossano Lopes Bastos

Endereços

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (sede)

SBN Quadra 2 Edifício Central Brasília

Cep 70040-904 Brasília - DF

Telefone: (61) 2024 6176 Fax: (61) 2024 6198

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo

Avenida Angélica n.º 626, Bairro Higienópolis

Cep 01228-000- São Paulo- SP

Telefone: (11) 3826 0744 Fax (11) 3826 2517

N 766 Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico / organização de Rossano Lopes Bastos & Marise Campos de Souza. 3 ed. – São Paulo, SP : Superintendência do Iphan em São Paulo, 2010.
296 p. : 21 cm.

ISBN 978-85-7334-142-3

1. Arqueologia. 2. Preservação Arqueológica 3. Patrimônio Arqueológico. 4. Conservação de Bens Culturais. 5. Meio Ambiente. I. Bastos, Rossano Lopes. II. Campos de Souza, Marise

CDD: 930

Sumário



PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO	III
PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO	VII
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	XI
INTRODUÇÃO DA 3ª EDIÇÃO	XV
CAPÍTULO I – Da Legislação	
Constituição Federal 1988	3
Art. 215	3
Art. 216	3
Lei Federal nº 3.924/61	5
Lei nº 7.542/86	15
Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98	28
CAPÍTULO II – Da Caracterização do Patrimônio Arqueológico	
Tipos de vestígios e sítios arqueológicos.....	33
CAPÍTULO III – Do Licenciamento	
Resolução CONAMA nº 001/86	58
Resolução CONAMA nº 237/97	60
Portaria SPHAN nº 007/88	69
Portaria IPHAN nº 230/02	74
Portaria IPHAN nº 28/03	78
Portaria Interministerial nº 69/89	80
Normas para procedimentos ligados à pesquisa e proteção de bens arqueológicos submersos, nos termos da lei nº 7.542	81
Resolução SMA nº 34/02	84
CAPÍTULO IV – Dos Procedimentos de Segurança	
Introdução	91
Decreto nº 72.312/73	93

CAPÍTULO V – Das Recomendações Internacionais

Carta de Nova Delhi: Recomendações que definem os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas (1956).....	97
Carta de Lausanne (1990)	109
Carta de Sófia (1996)	116
Convenção da UNESCO em Paris, para proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (2002)	118
Convenção Européia da Paisagem	143

CAPÍTULO VI – Das Penalidades

Código Penal	155
Lei nº 9.605/98	156
Lei nº 7.347/85	176
Decreto nº 3.179/99	178

CAPÍTULO VII – Termos de Referência em Arqueologia

Introdução	197
Peritagem Arqueológica.....	205
Salvamento Emergencial	206
Diagnóstico Arqueológico	211
Prospecções Arqueológicas	212
Resgate Arqueológico	213
Programa de Educação Patrimonial e Inclusão Social.....	216
Monitoramento em Arqueologia	223
Programa de Intervenção para Ferrovia e Preservação do Patrimônio Cultural Ferroviário	224
Gerenciamento de Bens Arqueológicos para o Público.....	232
Arqueologia Preventiva em Domínios Específicos	233

CAPÍTULO VIII – Cartas e Moções

Carta de Santos (2004)	239
Moção: Arqueologia Subaquática (2004)	242
Moção em prol da Portaria IPHAN nº 230/02 (2004)	244
Moção de Desagravo (2005)	244
Carta de São Paulo (2007).....	246

EPÍLOGO: Direitos Culturais como Direitos Humanos	251
ABREVIATURAS E SIGLAS	261
NOTAS	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	269